



Anais da Assembléia

Nº 019

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 16 DE MARÇO DE 1994

ANO XX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL	Deputado NELSON GARCIA
PDT	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT	Deputado OVIDIO JOSÉ CONSTANTINO
PL	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 13: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kiele Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - ● Oswaldo Trevisan - ● Luiz Henrique Bona Turra - ● Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP - 10:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Júlio Bifon - Antônio Costenaro Neto - Antônio Martins Annibelli; **PFL - 05:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Dufio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT - 08:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Paulo Maia de Oliveira - Namiir Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins - Valdir Rossoni - Valderi Mendes Vilela; **Suplentes:** Guiomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB - 10:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca - Lourenço Fregonese - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB - 02:** Alceu Antônio Swarowski - Heinz Georg Herwig; **Suplentes:** Tadeu Lúcio Machado - José Boiko; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Emani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 01:** José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi, Mário Vargas J. da Rocha; **SEM PARTIDO - 02:** Hermas Eurides Brandão - Carlos Xavier Simões. **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Calto Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e Cidadania; Algaci Ormário Túlio - Secretário Municipal Extraordinário de Assuntos Metropolitanos da Capital do Estado. (●) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

4. SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA
ATA DA 16.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 16 DE MARÇO DE 1994

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Zuk e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Cleiton Kielse, Costenaro Neto, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edison Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Severino Félix, Toti Colaço, Valderi Mendes Vilela e Rossoni (48). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Cezar Silvestri, Arlindo Troian, Carlos Simões, Luiz Henrique Bona Turra e Renato Adur (05). Achando-se em licença o Sr. Deputado Colombino Grassano (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida. **Aprovada.**

O SR. 2º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Alborghetti) - Atenção Srs. Deputados.

Com a permissão de S. Exa., o Presidente, Deputado Hermas Brandão, em meu nome e em nome da Deputada Emilia Belinati queremos comunicar à Comunidade de Tamarana que o Projeto que pede a emancipação de Tamarana, o plebiscito, foi retirado por tinta dias.

Então, só deverá retornar talvez no mês de abril ou no mês de maio. Esse é um comunicado que a Presidência da Casa me

permite, comunicar à nossa cidade londrinense e à nossa cidade tamaranense. Está retirado, só em abril, ou em maio, que esse projeto voltará para ainda ser discutido. E vai ser derrubado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Em discussão a Ata que acaba de ser lida. Em votação. **Aprovada.**

O SR. OSWALDO TREVISAN (Pela Ordem) - Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. NEIVO BERARDIN (Pela Ordem) - Solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - A Mesa defere e solicita ao Sr. 1º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

Vinte e seis Srs. Deputados responderam à chamada nominal. Em votação a Ata. **Aprovada.**

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E :

Mensagens:

MENSAGEM N° 015/94

Curitiba, 14 de março de 1994.

Senhor Presidente.

Em conformidade com o preceito contido no art. 53, inciso VIII, combinado com o art. 66, inciso I, ambos da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser submetido à apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva a criação de 331 (trezentos e trinta e um) cargos de provimento efetivo, no Quadro de Pessoal do Instituto de Saúde do Paraná - ISEPR, entidade vinculada à Secretaria de Estado da Saúde.

A presente proposição consulta aos superiores interesses da Administração e da Comunidade, eis que, com a criação dos pretendidos cargos, serão ensejadas condições no sentido de que o Hospital Geral Mauro Senna Goulart, situado no bairro do Portão, desta Capital, cujas ampliações físicas foram recentemente concluídas, com expressivo aumento do número de leitos, possa atender nossa população a plena capacidade de trabalho, fato que, sem qualquer sombra de dúvida, terá significativos reflexos na defesa da saúde pública, mormente das pessoas mais carentes.

Certo de que a medida proposta merece-

rá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Ficam criados, no Quadro de Pessoal do Instituto de Saúde do Paraná - ISEPR, 331 (trezentos e trinta e um) cargos de provimento efetivo relacionados no Anexo desta Lei.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Anexo de que trata o artigo 1º.

GRUPO OCUPACIONAL	PROFISSIONAL	
CARGOS (denominação)	CLASSE/REF	QUANT
ENFERMEIRO	G01	23
ESTATÍSTICO	G01	1
FISIOTERAPEUTA	G01	1
MÉDICO PLANTONISTA	GP01	40
NUTRICIONISTA	D01	1
PSICÓLOGO	G01	1
TERAPEUTA OCUPACIONAL	G01	1

GRUPO OCUPACIONAL	INTERMEDIÁRIO	
CARGOS (denominação)	CLASSE/REF	QUANT
AUXILIAR DE ENFERMAGEM	E01	92
TÉCNICO DE LABORATÓRIO	F01	4
TÉCNICO DE ENFERMAGEM	F01	38
TÉCNICO DE RADIOLOGIA	F01	5
TÉCNICO DE CONTABILIDADE	F01	1

GRUPO OCUPACIONAL	APOIO	
CARGOS (denominação)	CLASSE/REF	QUANT
ATENDENTE DE FARMÁCIA	E01	10
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	E01	8
AUXILIAR DE LABORATÓRIO	E01	1
AUXILIAR DE PRODUÇÃO	D01	2
AUXILIAR DE SERV. GERAIS	B01	70
COSTUREIRO	D01	1
PORTEIRO	A01	10
VIGIA	B01	12
INSPECTOR DE MANUTENÇÃO	F01	1
TELEFONISTA	C01	8

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 016/94

Curitiba, 14 de março de 1994.

Senhor Presidente.

Dando cumprimento ao disposto nos artigos 30 e 31 da Lei Estadual n° 10.394,

de 15 de julho de 1993 e no art. 8º da Lei Estadual n° 10.699, de 29 de dezembro de 1993, comunico que procedemos a primeira correção dos Orçamentos Fiscal, Próprio da Administração Indireta e de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedade de Economia Mista.

O índice estabelecido para a primeira correção foi de 80%, em função do disposto no parágrafo 2º do artigo 31 da Lei Estadual n° 10.394, de 15 de julho de 1993.

O Orçamento Geral do Estado passou a ter a composição apresentada a seguir, observando que foram estabelecidas as regras estatísticas de arredondamentos.

Em CR\$ 1.000

- ORÇAMENTO FISCAL	1.270.670.322
- ORÇAMENTO PRÓPRIO DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA (exclusive as transferências do Tesouro)	500.742.616
- ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS PÚBLICAS E DAS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA (exclusive as transferências do Tesouro)	226.921.464
TOTAL GERAL	1.998.334.402

Valho-me da oportunidade para reiterar a V. Exa. as expressões de estima e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 017/94

Curitiba, 14.03.94.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de CR\$ 24.500.000,00 (vinte e quatro milhões e quinhentos mil cruzeiros reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Administração, aprovado pela Lei Estadual n° 10.699, de 29 de dezembro de 1993, visando atender despesas com Concurso Público para Procurador do Tribunal de Contas.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação do Instituto Ambiental do Paraná - IAP.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

I SUPLEMENTACAO		A N E X O I		FL. 01		I
I DA DESPESA		ANEXO		CRS 1.000,00		I
I		I		I		I
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	DA	ILTI	VALOR	IN.DOI
I	I	IDESPESA	I	IRI		ICOP I
I 2100	ISECRETARIA DE ESTADO DA	I	I	I I I		I I
I	IADMINISTRACAO	I	I	I I I		I I
I	I	I	I	I I I		I I
I 103	IDIRETORIA GERAL	I	I	I I I		I I
I 2798	ICONCURSO PUBLICO - SEAD	I 3132.15	I00	ILI	24.500	I0915I
T O T A L				I	24.500	I

I CANCELAMENTO		A N E X O I I		FL. 01		I
I DA DESPESA		ANEXO		CRS 1.000,00		I
I		I		I		I
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	DA	ILTI	VALOR	IN.DOI
I	I	IDESPESA	I	IRI		ICOP I
I 4500	ISECRETARIA DE ESTADO DO MEIO	I	I	I I I		I I
I	IAMBIENTE	I	I	I I I		I I
I	I	I	I	I I I		I I
I 4502	IGABINETE DO SECRETARIO -	I	I	I I I		I I
I	I ENTIDADES VINCULADAS	I	I	I I I		I I
I 2657	IPROGRAMACAO A CARGO DO IAP	I 4311.01	I09	ILI	24.500	I0915I
T O T A L				I	24.500	I

I CANCELAMENTO		A N E X O I I I		FL. 02		I
I DA DESPESA		ANEXO		CRS 1.000,00		I
I		I		I		I
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	DA	ILTI	VALOR	IN.DOI
I	I	IDESPESA	I	IRI		ICOP I
I 4600	ISECRETARIA DE ESTADO DO MEIO	I	I	I I I		I I
I	IAMBIENTE ENTIDADES VINCULADAS	I	I	I I I		I I
I	I	I	I	I I I		I I
I 696	IINSTITUTO AMBIENTAL DO PARANA -	I	I	I I I		I I
I	IIAP	I	I	I I I		I I
I 2465	IADMINISTRACAO GERAL E POLITICAS	I	I	I I I		I I
I	I DE MEIO AMBIENTE, RECURSOS	I	I	I I I		I I
I	I HIDRICOS, CARTOGRAFIA E	I	I	I I I		I I
I	IFUNDIARIA	I 4130.00	I09	ILI	24.500	I0915I
T O T A L				I	24.500	I

ACRESCIMO DA RECEITA		ANEXO V	FL. 01 CR\$ 1.000,00
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR
	DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE RECOLHIMENTO CENTRALIZADO		
1113.02.00	Imposto s/Operacoes relativas a Circu- lacao de Mercadorias e s/Prestacao de Servicos de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicacao.	00	24.500
T O T A L			24.500

REDUCAO DA RECEITA		ANEXO VI	FL. 01 CR\$ 1.000,00
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR
	DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE RECOLHIMENTO CENTRALIZADO		
1721 02 00	Titulo da Divida Agraria	09	24.500
T O T A L			24.500

CANCELAMENTO DA RECEITA		ANEXO IV	FL. 03 CR\$ 1.000,00
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR
	SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE	I	I
	ENTIDADES VINCULADAS	I	I
	I	I	I
	INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANA - IAP	I	I
12412.09.00	TRANSFERENCIAS DE TITULOS DA DIVIDA I AGRARIA	I 09 I	24.500 I 0915 I
T O T A L			24.500 I

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 10.699, de 29 de dezembro de 1993, no valor de CR\$ 24.500.000,00 (vinte e quatro milhões e quinhentos mil cruzeiros reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexos II e III desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos desta lei, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexos IV, V, e VI desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MENSAGEM Nº 018/94

Curitiba, 14.03.94

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que tem por finalidade obter autorização legislativa para que o acionista controlador, o Banco do Estado do Paraná S/A, proceda à incorporação da empresa controlada, BANESTADO S/A - Crédito Imobiliário.

Inicialmente cabe esclarecer que a autorização legislativa é exigida nos termos do art. 27, inciso XIX, da Constituição Estadual.

A medida visa dar continuidade à implementação do Banco Múltiplo pelo BANESTADO, contribuindo para o melhor desempenho do Conglomerado BANESTADO, proporcionando ainda uma redução na carga tributária, especialmente na parcela relativa ao Imposto sobre a Renda, que deixará de ser repassado aos cofres federais, permanecendo seus recursos aplicados neste Estado, o que gerará maiores benefícios à população paranaense.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica autorizado o Banco do Estado do Paraná S/A a incorporar a empresa BANESTADO S/A - Crédito Imobiliário.

Art. 2º - Para atender ao disposto no artigo anterior, fica autorizado o Banco do Estado do Paraná S/A a tomar as medidas necessárias à incorporação da empresa con-

trolada, nos termos da legislação comercial vigente, assim como a proceder aos ajustes necessários na estrutura organizacional.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 019/94

Curitiba, 14.03.94.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que tem por finalidade obter autorização legislativa para que a BANESTADO S/A - Informática, empresa integrante do Conglomerado BANESTADO, proceda a criação da BANESTADO Administradora de Cartões de Crédito Limitada.

Inicialmente cabe esclarecer que a autorização legislativa é exigida nos termos do art. 27, inciso XIX, da Constituição Estadual.

A empresa terá como participantes do capital social a BANESTADO S/A - Informática, detendo 99% das quotas e a Caixa de Assistência dos Funcionários do BANESTADO, com o restante das quotas. A empresa a ser criada dará oportunidade ao Conglomerado de oferecer produtos que atendam à comunidade paranaense, e gerando tributos a nível estadual, sendo ainda uma fonte de receita para o Banco pelo recebimento da taxa de administração e permanência de recursos na instituição.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica autorizada a BANESTADO S/A - Informática, a criar e participar do capital social da BANESTADO ADMINISTRADORA DE CARTOES DE CRÉDITO LIMITADA, que será composto e integralizado conforme os seguintes limites:

I - 99% (noventa e nove por cento) das quotas será integralizado pela BANESTADO S/A - Informática, equivalendo a 99.000 (noventa e nove mil) quotas, ao valor unitário de CR\$... 1.000,00 (um mil cruzeiros reais), totalizando CR\$ 99.000.000,00 (noventa e nove milhões de cruzeiros reais);

II - 1% (um por cento) das quotas será integralizado pela Caixa de Assistência dos Funcionários do BANESTADO,

equivalendo a 1.000 (um mil) quotas, totalizando CR\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros reais).

Parágrafo Único - Os recursos necessários ao cumprimento da autorização outorgada por esta lei correrão à conta de disponibilidades próprias da BANEESTADO S/A - Informática.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 020/94

Curitiba, 14 de março de 1994.

Senhor Presidente.

De conformidade com o art. 53, inciso VIII, combinado com o art. 66, inciso I, ambos da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser submetido à apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei dispondo que os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores civis e militares, ativos e inativos, bem como os salários do pessoal contratado nos termos da Lei nº 9.198, de 18 de janeiro de 1990, da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo, ficam convertidos em Unidade Real de Valor - URV, no dia 01 de março de 1994, na forma das tabelas que constituem o anexo único do referido anteprojeto, com disposições contendo as garantias que especifica. A conversão proposta abrange, ainda, a remuneração dos Secretários de Estado e as gratificações que menciona.

A medida constante do plano de lei ora proposto consubstancia o resultado de estudos conjuntos das Secretarias de Estado da Administração, da Fazenda e do Planejamento e retrata grande esforço do Governo do Estado em manter a remuneração dos Servidores Públicos nos melhores níveis possíveis, obviamente que atendendo preceitos da Magna Carta e da Constituição Estadual, no que pertine a limites com as despesas da folha de pagamento.

A adiante transcrita Exposição de Motivos que me foi apresentada pelo Secretário de Estado da Administração, contém o necessário detalhamento técnico quanto aos aspectos da conveniência e oportunidade da medida legal em referência:

"Considerando a Medida Provisória nº 434, de 27 de fevereiro de 1994 que institui a Unidade Real de Valor - URV;

considerando a obrigatoriedade de os demonstrativos de pagamento de salários em geral, vencimentos, soldos, proventos e pensões de servidor público civil e militar serem expressos em URV;

considerando que os salários converti-

dos em URV pela média dos quatro meses imediatamente anteriores é menos benéfica ao servidor público do que a simples conversão dos valores vigentes em fevereiro de 1994, decide propor a conversão dos vencimentos, soldos, pensões do funcionalismo público estadual na forma do anexo anteprojeto de lei.

Assim é que, aos integrantes do Magistério de 1º e 2º graus, está se concedendo ainda, um reajuste de 10% (dez por cento), além da correção que os vencimentos terão pela URV.

As conversões não afetam a política de isonomia salarial, sendo mantida a proporção de 1 (um) para 20 (vinte) entre a menor (90,21 URVs) e a maior (1.804,24 URVs) remuneração.

Propõe-se, ainda, que a Gratificação de Atividade Específica - GAE, criada pela Lei nº 10.710/94, aos servidores que atuam nas Unidades de Atendimento ininterrupto, da Secretaria de Estado da Saúde e do Instituto de Saúde do Paraná, seja estendida aos servidores do Quadro Geral do Estado alocados e que prestam serviços nos Hospitais Universitários de Maringá e Londrina e no Pronto Socorro Odontológico da Clínica Odontológica da Universidade Estadual de Londrina."

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa a necessária e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores civis e militares, ativos e inativos, bem como os salários do pessoal contratado nos termos da Lei nº 9.198, de 18 de janeiro de 1990, da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo, ficam convertidos em Unidade Real de Valor - URV, no dia 01 de março de 1994, na forma das tabelas que constituem o anexo único desta lei, garantindo-se as seguintes disposições:

I - dividindo-se o valor nominal vigente em cada um dos quatro meses imediatamente anteriores à conversão, pelo valor em cruzeiros reais do equivalente em URV do último dia do mês de competência, de acordo com o Anexo I da Medida Provisória nº 434/94; e

II - extraíndo-se a média aritmética dos valores resultantes dos inciso anterior.

Art. 2º - Os valores resultantes do contido no artigo anterior, ficam acresci-

dos de:

I - 26,65% (vinte e seis vírgula sessenta e cinco por cento) para os integrantes do Magistério Público Estadual de 1° e 2° Graus;

II - 12,09% (doze vírgula zero nove por cento) para os integrantes das demais categorias funcionais.

Art. 3° - Os valores das Gratificações de Representação de Gabinete ficam, a partir de 01 de março de 1994, convertidos em URV, na forma dos incisos I e II, do artigo 1° e inciso II do artigo 2°, desta lei.

Art. 4° - A remuneração mensal do cargo de Secretário de Estado fica fixada em 1.336,51 URV (um mil e trezentos e trinta e seis vírgula cinquenta e uma unidades reais de valor), sendo 568,01 URV (quinhentos e sessenta e oito vírgula zero uma unidades reais de valor) de vencimento básico e 768,50 URV (setecentos e sessenta e oito vírgula cinquenta unidades reais de valor) de gratificação especial pelo exercício do cargo.

Art. 5° - O valor do salário-família, por dependente legal, fica fixado em 0,75 URV (zero vírgula setenta e cinco unidade

real de valor) e o valor das Pensões Especiais de 90,21 URV (noventa vírgula vinte e uma unidades reais de valor).

Art. 6° - O valor da Gratificação de Produtividade fica fixado em 5,69 URV (cinco vírgula sessenta e nove unidades reais de valor).

Art. 7° - O valor da Gratificação de Regência de Classe, de que trata o artigo 10 da Lei n° 7.099, de 08 de janeiro de 1979 e o artigo 2° da Lei n° 8.934, de 26 de janeiro de 1989, fica fixado em 1,00 URV (uma unidade real de valor).

Art. 8° - Fica estendida, a partir de 01 de março de 1994, a Gratificação de que trata o inciso II, artigo 7°, da Lei n° 10.710, de 28 de fevereiro de 1994, aos servidores integrantes do Quadro Geral do Estado, alocados e em efetivo exercício nos Hospitais Universitários de Maringá e Londrina, Pronto Socorro Odontológico da Clínica Odontológica da Universidade Estadual de Londrina, bem como aos valores básico dos Plantões médicos e odontológicos realizados nesses locais.

Art. 9° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

VIGÊNCIA MARÇO DE 1994

TABELA I

EM URV

PODER EXECUTIVO - QUADRO GERAL

A: VENCIMENTOS BASICOS PARA 40 HORAS SEMANAIS

PADRAO	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A	90.21	93.82	97.58	101.48	105.54	109.76	114.15	118.72	123.47	128.40	133.54
B	99.24	103.21	107.33	111.63	116.09	120.74	125.57	130.59	135.81	141.24	146.89
C	109.16	113.53	118.07	122.79	127.70	132.81	138.12	143.65	149.39	155.37	161.58
D	120.00	124.88	129.87	135.07	140.47	146.09	151.93	158.01	164.33	170.91	177.74
E	132.00	137.37	142.86	148.58	154.52	160.70	167.13	173.81	180.77	188.00	195.52
F	145.29	151.10	157.15	163.43	169.97	176.77	183.84	191.19	198.84	206.80	215.07
G	171.44	178.30	185.43	192.85	200.57	208.59	216.93	225.61	234.63	244.02	253.78
H	212.59	221.09	229.94	239.14	248.70	258.65	269.00	279.75	290.95	302.58	314.69
I-III	372.90	387.81	403.33	419.46	436.24	453.69	471.83	490.71	510.34	530.75	551.98
I-II	430.32	447.54	465.44	484.06	503.42	523.56	544.50	566.28	588.93	612.49	636.98
I-I	496.59	516.46	537.12	558.60	580.94	604.18	628.35	653.48	679.62	706.81	735.08

B) VENCIMENTOS BASICOS PARA 30 HORAS SEMANAIS

PADRAO	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A	67.66	70.37	73.18	76.11	79.15	82.32	85.61	89.04	92.60	96.30	100.15
B	74.43	77.40	80.50	83.72	87.07	90.55	94.17	97.94	101.86	105.93	110.17
C	81.87	85.14	88.55	92.09	95.78	99.61	103.59	107.74	112.04	116.53	121.19
D	90.06	93.66	97.41	101.30	105.35	109.57	113.95	118.51	123.25	128.18	133.31
E	99.06	103.02	107.15	111.43	115.89	120.52	125.35	130.36	135.57	141.00	146.64
F	108.97	113.33	117.86	122.58	127.48	132.58	137.88	143.40	149.13	155.10	161.30
G	120.58	133.73	139.08	144.64	150.42	156.44	162.70	169.21	175.97	183.01	190.33
H	159.44	165.82	172.45	179.35	186.53	193.99	201.75	209.82	218.21	226.94	236.01
I-III	279.67	290.86	302.49	314.59	327.18	340.27	353.88	368.03	382.75	398.06	413.99
I-II	322.74	335.65	349.08	363.04	377.56	392.67	408.37	424.71	441.70	459.36	477.74
I-I	372.45	387.34	402.84	418.95	435.71	453.14	471.26	490.11	509.72	530.11	551.31

C) VENCIMENTOS BASICOS PARA 20 HORAS SEMANAIS

J-III	279.67	290.86	302.49	314.59	327.18	340.27	353.88	368.03	382.75	398.06	413.99
J-II	322.74	335.65	349.08	363.04	377.56	392.67	408.37	424.71	441.70	459.36	477.74
J-I	372.45	387.34	402.84	418.95	435.71	453.14	471.26	490.11	509.72	530.11	551.31

TABELA II

EM URV

QUADRO UNICO DE PESSOAL - ANTIGA SISTEMATICA

VIGENCIA: MARÇO DE 1994

NIVEL	VALOR
01	21.251
02	21.671
03	22.101
04	22.551
05	23.001
06	23.461
07	23.931
08	24.411
09	24.891
10	25.391
11	25.901
12	26.421
13	26.951
14	27.481
15	28.031
16	28.591
17	29.171
18	29.751
19	30.351
20	30.951
21	31.571
22	32.201
23	32.851
24	33.501
25	34.171
26	34.861
27	35.551
28	36.271
29	36.991
30	37.731

VIGENCIA: MARÇO DE 1994

TABELA III

EM URV

CARGOS EM COMISSAO DO PODER EXECUTIVO

A - CARGOS DE DIRECAO E ASSESSORAMENTO SU -
PERIOR - DAS

SIMBOLO	DAS-1.....	317.37
	DAS-2.....	280.11
	DAS-3.....	261.06
	DAS-4.....	223.23
	DAS-5.....	204.16

B - CARGOS EM COMISSAO

SIMBOLO	1-C.....	131.75
	2-C.....	121.68
	3-C.....	112.32
	4-C.....	103.75
	5-C.....	97.53
	6-C.....	91.67
	7-C.....	86.17
	8-C.....	81.60
	9-C.....	76.14
	10-C.....	71.57
	11-C.....	68.00
	12-C.....	64.00
	13-C.....	61.37
	14-C.....	58.30
	15-C.....	55.38

C - FUNCAO GRATIFICADA

SIMBOLO	1-F.....	8.00
	2-F.....	6.79
	3-F.....	5.99
	4-F.....	4.80
	5-F.....	4.59
	6-F.....	3.58
	7-F.....	2.79
	8-F.....	2.40
	9-F.....	1.96
	10-F.....	1.59

AGÊNCIA MARCO DE 1994

TABELA IV

QUADRO PROPRIO DO MAGISTERIO

REFER.	A-1	B-2	C-3	D-4	E-5
1	83.76	96.32	115.59	132.93	152.87
2	87.95	101.14	121.37	139.57	160.51
3	92.35	106.20	127.44	146.55	168.54
4	96.96	111.31	133.81	153.88	176.96
5	101.81	117.08	140.50	161.57	185.81
6	106.90	122.94	147.52	169.65	195.10
7	112.25	129.08	154.90	178.14	204.86
8	117.86	135.54	162.65	187.04	215.10
9	123.75	142.32	170.78	196.40	225.85
10	129.94	149.43	179.32	206.21	237.15
11	136.44	156.90	188.28	216.53	249.00

VIG. 03/94

TABELA V

QUADRO UNICO
PROF.S/HABIL. E PROF.REGIONALISTA

REFERENCIA	S/HABILIT.	REGIONAL.
1	83.76	83.76
2	87.95	87.95
3	92.35	92.35
4	96.96	96.96
5	101.81	101.81
6	106.90	106.90
7	112.25	112.25
8	117.86	117.86
9	123.75	123.75
10	129.94	129.94
11	136.44	136.44

VIGENCIA MARCO DE 1994 TABELA VI INSTITUTO DE SAUDE DO PARANA LN URV

CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A	90.21	95.76	101.64	107.88	114.51	121.55	129.01	136.94	145.35	154.28	163.76
B	101.64	107.88	114.51	121.54	129.01	136.93	145.35	154.28	163.75	173.81	184.49
C	114.50	121.54	129.00	136.93	145.34	154.27	163.75	173.81	184.48	195.82	207.85
D	129.00	136.92	145.34	154.26	163.74	173.80	184.48	195.81	207.84	220.61	234.16
E	145.33	154.26	163.74	173.79	184.47	195.80	207.83	220.60	234.15	248.54	263.81
F	163.73	173.79	184.46	195.80	207.82	220.59	234.14	248.53	263.80	280.00	297.20
G	184.95	195.83	207.82	220.59	234.14	248.53	263.80	280.00	297.20	315.40	334.60
H	207.82	220.59	234.14	248.53	263.80	280.00	297.20	315.40	334.60	353.80	373.00
I	220.59	234.14	248.53	263.80	280.00	297.20	315.40	334.60	353.80	373.00	392.20
J	234.14	248.53	263.80	280.00	297.20	315.40	334.60	353.80	373.00	392.20	411.40
K	248.53	263.80	280.00	297.20	315.40	334.60	353.80	373.00	392.20	411.40	430.60
L	263.80	280.00	297.20	315.40	334.60	353.80	373.00	392.20	411.40	430.60	449.80
M	280.00	297.20	315.40	334.60	353.80	373.00	392.20	411.40	430.60	449.80	469.00
N	297.20	315.40	334.60	353.80	373.00	392.20	411.40	430.60	449.80	469.00	488.20
O	315.40	334.60	353.80	373.00	392.20	411.40	430.60	449.80	469.00	488.20	507.40
P	334.60	353.80	373.00	392.20	411.40	430.60	449.80	469.00	488.20	507.40	526.60
Q	353.80	373.00	392.20	411.40	430.60	449.80	469.00	488.20	507.40	526.60	545.80
R	373.00	392.20	411.40	430.60	449.80	469.00	488.20	507.40	526.60	545.80	565.00
S	392.20	411.40	430.60	449.80	469.00	488.20	507.40	526.60	545.80	565.00	584.20
T	411.40	430.60	449.80	469.00	488.20	507.40	526.60	545.80	565.00	584.20	603.40
U	430.60	449.80	469.00	488.20	507.40	526.60	545.80	565.00	584.20	603.40	622.60
V	449.80	469.00	488.20	507.40	526.60	545.80	565.00	584.20	603.40	622.60	641.80
W	469.00	488.20	507.40	526.60	545.80	565.00	584.20	603.40	622.60	641.80	661.00
X	488.20	507.40	526.60	545.80	565.00	584.20	603.40	622.60	641.80	661.00	680.20
Y	507.40	526.60	545.80	565.00	584.20	603.40	622.60	641.80	661.00	680.20	699.40
Z	526.60	545.80	565.00	584.20	603.40	622.60	641.80	661.00	680.20	699.40	718.60

TABELA DE QUALIFICACAO DE REPRESENTACAO

CL	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
DCR-GR	840.63	776.71	717.65	663.08	612.65	566.07	523.02	483.25	446.50	412.55	381.18	352.19	325.41	300.67	277.89
GR	420.32	388.35	359.82	331.54	306.33	283.03	261.51	241.63	223.25	206.28	190.59	176.10	162.71	150.33	138.90

VIGENCIA: MARCO DE 1994 TABELA VII

QUADRO UNICO - PROFESSOR ENQUADRADO

LP - LICENCIATURA PLENA - 22 HORAS	160.11
LP - LICENCIATURA PLENA - 15 HORAS	109.17
LP - LICENCIATURA PLENA - 10 HORAS	72.78
LC - LICENCIATURA CURTA - 22 HORAS	121.07
LC - LICENCIATURA CURTA - 15 HORAS	82.54
LC - LICENCIATURA CURTA - 10 HORAS	55.03
NL - NAU LICENCIADO - 22 HORAS	100.89
NL - NAU LICENCIADO - 15 HORAS	68.79
NL - NAU LICENCIADO - 10 HORAS	45.86

PROFESSORES CELETISTAS
VIGENCIA: MARCO DE 1994

TABELA VIII

ESPECIFICACAO	TIPO DE HABILITACAO	VALOR DA HORA/AULA
REGENTE DE SA./8a. E 20. GRAU	LICENCIATURA PLENA	1.87
	LICENCIATURA CURTA	1.42
	MAO LICENCIADO	1.18
ESPECIFICACAO	TIPO DE HABILITACAO	SALARIO
REGENTE DE CLASSE 1a./4a.	MAGISTERIO DE 20. GRAU	92.35

TABELA IX

VIGENCIA: MARCO DE 1994

SALARIOS DO PESSOAL DOCENTE DAS INSTITUICOES DE ENSINO SUPERIOR

EM URV

DESCRICAO DO CARGO	TIPO DE REGIME	REGIME	REGIME	REGIME	REGIME	REGIME	REGIME	REGIME	REGIME
		1-40	1-34(1)	1-28(2)	1-24	1-20	1-12	1-10	1-09
IP41 PROF. AUXILIAR N.1	450.70	375.59	319.25	262.91	225.35	187.79	112.68	93.90	84.51
IP42 PROF. AUXILIAR N.2	464.22	386.85	328.83	270.80	232.11	193.43	116.06	96.71	87.04
IP43 PROF. AUXILIAR N.3	478.15	398.46	338.69	278.92	239.08	199.23	119.54	99.61	89.65
IP44 PROF. AUXILIAR N.4	492.50	410.41	348.85	287.29	246.25	205.21	123.12	102.60	92.34
IP51 PROF. ASSISTENTE N.1	593.26	494.38	420.23	346.07	296.63	247.19	148.32	123.60	111.24
IP52 PROF. ASSISTENTE N.2	611.06	509.21	432.83	356.45	305.53	254.61	152.76	127.30	114.57
IP53 PROF. ASSISTENTE N.3	629.39	524.49	445.82	367.14	314.69	262.25	157.35	131.12	118.41
IP54 PROF. ASSISTENTE N.4	648.27	540.23	459.19	378.16	324.14	270.11	162.07	135.06	121.55
IP01 PROF. ADJUNTO N.1	690.41	575.34	489.04	402.74	345.20	287.67	172.60	143.84	129.45
IP02 PROF. ADJUNTO N.2	711.12	592.60	503.71	414.82	355.56	296.30	177.78	148.15	133.34
IP03 PROF. ADJUNTO N.3	732.45	610.38	518.82	427.27	366.23	305.19	183.11	152.59	137.34
IP04 PROF. ADJUNTO N.4	754.43	628.69	534.39	440.08	377.21	314.35	188.61	157.17	141.46
IP1 PROF. TITULAR N.1	807.24	672.70	571.79	470.89	403.62	336.35	201.81	168.17	151.34
IP1 PROF. TITULAR N.2	831.46	692.88	588.95	485.02	415.73	346.44	207.86	173.22	155.96
IP1 PROF. TITULAR N.3	856.40	713.67	606.62	499.57	428.20	356.83	214.10	178.42	160.57
IP1 PROF. TITULAR N.4	882.09	735.08	624.81	514.55	441.05	367.54	220.52	183.77	165.39

VIGENCIA: MARÇO DE 1994		TABELA X				EM URV	
A - CARGOS EFETIVOS		CONDENSAÇÃO DA RECEITA DO ESTADO					
	CL.	I	II	III	IV		
AGENTE FISCAL 1	C	330.80	334.29	337.70	341.11		
AGENTE FISCAL 1	B	317.23	320.64	324.05	327.47		
AGENTE FISCAL 1	A	303.59	307.00	310.41	313.81		
AGENTE FISCAL 2	C	289.94	293.35	296.76	300.14		
AGENTE FISCAL 2	B	276.30	279.71	283.12	286.51		
AGENTE FISCAL 2	A	262.65	266.06	269.47	272.86		
AGENTE FISCAL 3	C	224.11	227.18	230.25	233.32		
AGENTE FISCAL 3	B	211.83	214.90	217.97	221.04		
AGENTE FISCAL 3	A	199.55	202.62	205.69	208.76		
AGENTE FISCAL 4	D						
AGENTE FISCAL 4	C						
AGENTE FISCAL 4	B						
AGENTE FISCAL 4	A						

B - CARGOS EM COMISSÃO		CLICRS	
DIRETOR	A		426.39
INSP. GERAL TRIB	B		400.80
INSP. GERAL ARRE	B		400.80
INSP. GERAL FISC	B		400.80
CHEFE DE ASSESSO	B		400.80
CONSULTOR TECNICO	C		379.48
ASSISTENTE TECNICO	C		379.48
DEP. REGIONAL DEI	C		379.48
AUXILIAR TECNICO	D		366.69

VIGENCIA: MARÇO DE 1994		TABELA XI											EM URV	
		PILOTOS												
NÍVEL	CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11		
A		578.00	595.34	613.20	631.59	650.54	670.06	690.16	710.86	732.19	754.16	776.78		
B		511.50	526.85	542.65	558.93	575.70	592.97	610.76	629.08	647.96	667.40	687.42		
C		452.66	466.24	480.22	494.63	509.47	524.75	540.50	556.71	573.41	590.61	608.33		
D		400.58	412.60	424.98	437.73	450.86	464.38	478.32	492.66	507.44	522.67	538.35		
E		348.31	358.76	369.52	380.61	392.03	403.79	415.90	428.38	441.23	454.47	468.10		

CLASSE	VALOR DE HORA/	VALOR DE HORA/
	VOO DIURNA	VOO NOTURNA
A, B e C	7.58	11.59
D	3.79	8.01

TABELA XII

EM URV

QUADRO DE ADVOGADOS - 40 HORAS

VIGENCIA: MARCO DE 1994

ADVOGADO DE PRIMEIRA CLASSE	272.25
ADVOGADO DE SEGUNDA CLASSE	258.64
ADVOGADO DE TERCEIRA CLASSE	245.71
ADVOGADO DE QUARTA CLASSE	233.42
ADVOGADO DE QUINTA CLASSE	221.75

VIGENCIA: MARCO DE 1994

TABELA XIII

EM URV

TABELA SALARIAL DO BALLET TEATRO GUAJARA

CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A	279.67	290.86	302.49	314.59	327.18	340.27	353.88	368.03	382.75	398.06	413.98
B	324.42	337.40	350.89	364.93	379.53	394.71	410.50	426.92	443.99	461.75	480.22
C	376.33	391.38	407.04	423.32	440.25	457.86	476.18	495.22	515.03	535.63	557.06

TABELA DE PROFESSORES E PLANISTAS - VALOR HORA AULA

CARGO	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
PIAN/P26	1.74	1.83	1.92	2.02	2.12	2.23	2.34	2.45	2.58	2.71	2.84
PROF 36R	2.18	2.29	2.40	2.52	2.65	2.78	2.92	3.07	3.22	3.38	3.55

VIGENCIA: MARCO DE 1994

TABELA XIV

EM URV

TABELA SALARIAL DA ORQUESTRA SINFONICA DO PARANA

CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A	279.67	290.86	302.49	314.59	327.18	340.27	353.88	368.03	382.75	398.06	413.98
B	376.33	391.38	407.04	423.32	440.25	457.86	476.18	495.22	515.03	535.63	557.06

VIGENCIA: MARCO DE 1994

TABELA XV

EM URV

QUADRO DA POLICIA CIVIL - PERITOS

C A R G O S	VENCIMENTOS				
	1a CLASSE	2a CLASSE	3a CLASSE	4a CLASSE	
MEDICO LEGISTA	336.68	311.74	288.65	267.27	
PERITO CRIMINAL	336.68	311.74	288.65	267.27	
QUIMICO LEGAL	336.68	311.74	288.65	267.27	
TOXICOLOGISTA	336.68	311.74	288.65	267.27	

VIGENCIA: MARCO DE 1994

TABELA XVI

EM URV

QUADRO DA POLICIA CIVIL

VENCIMENTOS

C A R G O S

1a CLASSE 2a CLASSE 3a CLASSE 4a CLASSE 5a CLASSE

ESCRIVAO DE POLICIA

187.00

173.16

160.34

148.47

99.5

VESTIGADOR DE POLICIA

DACTILOSCOPISTA

137.94

127.73

118.27

109.51

TECNICO TELEC. POLICIAL

TECNICO MANUT. POLICIAL

114.95

109.48

104.27

99.30

OPERADOR TELEC. POLICIAL

103.18

98.27

93.59

89.13

IDENTIF. DACTILOSCOP.

AUXILIAR MANUT. POLICIAL

PERITO POLICIAL

172.61

COMISSARIO

187.00

VIGENCIA: MARCO DE 1994		EM URVI
TABELA XVII		
QUADRO DA POLICIA MILITAR		
FUNCAO DE NIVEL DE APERFEICOAMENTO SUPERIOR		
POSTO/GRADUACAO		S O L D O
CORONEL		379.161
TENENTE-CORONEL		341.241
MAJOR		322.561
FUNCAO DE NIVEL SUPERIOR		
CAPITAO		268.931
1o. TENENTE		237.481
2o. TENENTE		205.761
ASP. A OFICIAL		171.261
FUNCAO DE NIVEL ACADEMICO		
ALUNO DE 3o. ANO		109.381
ALUNO DE 2o. ANO		96.801
ALUNO DE 1o. ANO		91.331
FUNCAO DE NIVEL TECNICO		
SUBTENENTE		111.251
1o. SARGENTO		105.681
2o. SARGENTO		103.011
3o. SARGENTO		97.261
FUNCAO DE NIVEL MEDIO		
CABO		91.871
SOLDADO 1a. CLASSE		88.891
SOLDADO 2a. CLASSE		73.331

TABELA XVIII

TABELA DE PROCURADOR DO ESTADO
VIGENCIA: MARCO DE 1994
EM URV

PROCURADOR DE 1A. CLASSE	470.25
PROCURADOR DE 2A. CLASSE	440.00
PROCURADOR DE 3A. CLASSE	396.00
PROCURADOR DE 4A. CLASSE	356.40
PROCURADOR DE 5A. CLASSE	320.76

TABELA XIX

TABELA DE DELEGADO DE POLICIA
VIGENCIA: MARCO DE 1994
EM URV

DELEGADO DE 1A. CLASSE	440.00
DELEGADO DE 2A. CLASSE	396.00
DELEGADO DE 3A. CLASSE	356.40
DELEGADO DE 4A. CLASSE	320.76

VIGENCIA: MARCO DE 1994

TABELA XX

EM URV

PLANO 1

ADMINISTRACAO DOS PORTOS DE PARAMAGUA E ANTONINA - APPA
PLANO UNIFICADO DE CARGOS E SALARIOS - PUCS

NIVEL	A	B	C	D	E	F	G
100	293.56	303.14	313.07	323.36	334.04	345.11	356.58
101	323.36	333.91	344.85	356.19	367.95	380.14	393.61
102	356.58	368.21	380.27	392.78	405.75	419.19	434.88
103	393.61	406.45	419.76	433.57	447.88	462.72	480.89
104	434.88	449.07	463.78	479.03	494.84	511.24	531.31
105	480.89	497.36	514.45	532.16	550.49	569.44	589.32
106	531.31	548.64	566.61	585.25	604.57	624.60	653.04
107	589.32	601.11	613.13	625.39	637.90	650.66	663.67
108	653.04	675.90	699.52	724.05	749.49	775.87	803.21
109	663.67	680.27	697.27	714.70	739.72	765.61	792.40
110	803.21	811.25	819.36	827.55	835.83	844.19	852.63

VIGENCIA: MARCO DE 1994

FUNCOES GRATIFICADAS

F.G.	VALOR
10	341.05
9	298.42
8	255.79
7	213.16
6	200.80
5	160.64
4	147.33
3	117.86
2	72.13
1	48.09

VIGENCIA: MARCO DE 1994

CARGOS DE CONFIANCA

CARGOS CONF.	VALOR
10	803.21
9	663.67
8	653.04
7	589.32
6	531.31
5	480.89
4	434.88
3	393.61
2	356.58
1	323.36

VIGENCIA: MARÇO DE 1994

TABELA XXI

EM URV

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUA E ANTONINA - APPA
PLANO UNIFICADO DE CARGOS E SALÁRIOS - PUCS

PLANO 2

NÍVEL	A	B	C	D	E	F	G
201	155.13	161.33	167.79	174.50	181.48	188.74	196.29
202	185.38	189.09	192.87	196.73	200.66	204.67	208.77
203	196.29	200.21	204.22	208.30	212.47	216.72	221.05
204	208.77	212.94	217.20	221.55	225.98	230.50	235.11
205	221.05	225.47	229.98	234.58	239.27	244.06	248.94
206	235.11	239.81	244.60	249.50	254.49	259.58	264.77
207	248.94	253.92	259.00	264.18	269.46	274.85	280.35
208	264.77	270.06	275.46	280.97	286.59	292.32	298.17
209	280.35	285.95	291.67	297.51	303.46	309.53	315.72
210	298.17	304.13	310.22	316.42	322.75	329.21	335.79
211	315.72	322.03	328.47	335.04	341.74	348.58	355.55
212	342.39	354.84	367.61	381.22	395.33	409.95	425.04
213	381.26	395.28	409.87	425.04	440.83	457.25	474.34

VIGENCIA: MARÇO DE 1994

TABELA XXII

EM URV

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUA E ANTONINA - APPA
PLANO UNIFICADO DE CARGOS E SALÁRIOS - PUCS

PLANO 3

NÍVEL	A	B	C	D	E	F	G
301	155.13	161.33	167.79	174.50	181.48	188.74	196.29
302	183.02	186.68	190.42	194.22	198.11	202.07	206.11
303	196.29	199.53	202.82	206.17	209.57	213.03	216.54
304	206.11	209.51	212.97	216.48	220.06	223.69	227.38
305	216.54	220.11	223.74	227.44	231.19	235.00	238.88
306	227.38	231.13	234.94	238.82	242.76	246.77	250.84
307	238.88	242.82	246.83	250.90	255.04	259.25	263.53
308	250.84	254.98	259.18	263.46	267.81	272.23	276.72
309	263.53	267.88	272.30	276.79	281.36	286.00	290.72
310	276.72	281.28	285.92	290.64	294.71	298.84	303.10
311	290.72	297.40	304.24	311.55	319.02	326.68	334.29
312	303.10	313.12	323.51	334.29	345.47	357.29	369.11
313	334.29	345.47	357.06	369.09	381.56	394.62	407.92

Ofícios:

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

Gabinete do Procurador-Geral

Of. n° 0151/94

Curitiba, 16 de março de 1994.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência o anexo Anteprojeto de Lei que visa, de conformidade com a Medida Provisória n° 434, de 28 de fevereiro de 1994, converter em Unidade Real de Valor - URV, os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça, órgão da Administração Superior do Ministério Público, a partir de 1° de março de 1994.

No ensejo desta oportunidade, renovo a

Vossa Excelência meus protestos de elevada estima e apreço, a par de minha consideração pessoal.

Sala das Sessões, em 16.03.94.

(a) LUIZ CARLOS DELÁZARI

Procurador-Geral de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

Procuradoria Geral de Justiça

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça, ficam convertidos em Unidade Real de Valor - URV, no dia 1° de março de 1994, na forma das Tabelas que constituem o Anexo único desta lei, garantindo-se as seguintes disposições:

ANEXO UNICO

MINISTERIO PUBLICO DO PARANA PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA TABELA I TABELA DE VENCIMENTOS EM URV												
VIGENCIA: MARCO DE 1994												
NIV/REF.	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L
1	496,59	516,46	537,12	558,60	580,94	604,18	628,35	653,48	679,62	706,81	735,08	
2	451,37	469,43	488,20	507,73	528,04	549,16	571,13	593,97	617,73	642,44	668,14	
3	410,27	426,68	443,74	461,49	479,95	499,15	519,12	539,88	561,48	583,94	607,29	
4	372,90	387,81	403,33	419,46	436,24	453,69	471,83	490,71	510,34	530,75	551,98	
5	237,87	247,39	257,29	267,58	278,28	289,41	300,99	313,03	325,55	338,57	352,11	
6	195,52	203,34	211,47	219,93	228,73	237,87	247,39	257,29	267,58	278,28	289,41	
7	160,70	167,13	173,81	180,77	188,00	195,52	203,34	211,47	219,93	228,73	237,87	
8	132,08	137,37	142,86	148,58	154,52	160,70	167,13	173,81	180,77	188,00	195,52	
9	196,59	204,45	212,63	221,14	229,98	239,18	248,75	258,70	269,05	279,81	291,00	
10	161,58	168,05	174,77	181,76	189,03	196,59	204,45	212,63	221,14	229,98	239,18	
11	132,81	138,12	143,65	149,39	155,37	161,58	168,05	174,77	181,76	189,03	196,59	
12	109,16	113,53	118,07	122,79	127,70	132,81	138,12	143,65	149,39	155,37	161,58	
13	162,47	168,97	175,73	182,76	190,07	197,67	205,58	213,80	222,35	231,25	240,50	
14	133,54	138,88	144,44	150,21	156,22	162,47	168,97	175,73	182,76	190,07	197,67	
15	109,76	114,15	118,72	123,47	128,40	133,54	138,88	144,44	150,21	156,22	162,47	
16	90,21	93,82	97,58	101,48	105,54	109,76	114,15	118,72	123,47	128,40	133,54	

ANEXO UNICO	
MINISTERIO PUBLICO DO PARANA PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA	
TABELA II	
(EM URV)	
VIG:03/94	
CARGOS EM COMISSAO DO MINISTERIO PUBLICO	
A - CARGOS DE DIRECAO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR	
SIMBOLO DAS-1.....	317,37
SIMBOLO DAS-3.....	261,06
SIMBOLO DAS-5.....	204,16
B - CARGOS EM COMISSAO	
SIMBOLO 1-C.....	131,75
SIMBOLO 3-C.....	112,32
SIMBOLO 9-C.....	76,14
FUNCAO GRATIFICADA DO MINISTERIO PUBLICO	
SIMBOLO 1-F.....	8,00
SIMBOLO 2-F.....	6,79
SIMBOLO 3-F.....	5,99
SIMBOLO 4-F.....	4,81
SIMBOLO 5-F.....	4,39

I - dividindo-se o valor nominal, vigente em cada um dos quatro meses imediatamente anteriores à conversão, pelo valor em cruzeiros reais do equivalente em URV do último dia do mês de competência, de acordo com o Anexo I da Medida Provisória n° 434/94; e

II - extraíndo-se a média aritmética dos valores resultantes do inciso anterior.

Art. 2° - Os valores resultantes do artigo anterior ficam acrescidos em 12,09% (doze vírgula nove por cento).

Art. 3° - Os valores das Gratificações de Representação de Gabinete, ficam, a partir de 1° de março de 1994, convertidos em URV, na forma dos incisos I e II do artigo 1°, acrescidos do percentual de 12,09% (doze vírgula nove por cento).

Art. 4° - O valor do Salário-Família, por dependente legal, fica fixado em 0,75 URV (zero vírgula setenta e cinco unidade real de valor).

Art. 5° - O valor da Gratificação de Produtividade fica fixado em 5,69 URV (cinco vírgula sessenta e nove unidades reais de valor).

Art. 6° - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta da dotação orçamentária da Administração dos Serviços do Ministério Público.

Art. 7° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

OFÍCIO N° 0152/94

Senhor Presidente.

Nos termos do artigo 127, parágrafo 2°, da Constituição Federal, combinado com os artigos 65 e 114, parágrafo 2°, da Constituição Estadual, tenho a honra de submeter à elevada apreciação dessa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que fixa os vencimentos básicos mensais do cargo de Procurador-Geral de Justiça, a partir de 1° de março de 1994, convertidos em Unidade Real de Valor - URV, em consonância com a Medida Provisória n° 434/94.

Na expectativa de que a presente proposição merecerá dessa augusta Casa de Leis o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de elevado apreço e distingüida consideração.

Sala das Sessões, em 16.03.94

(a) LUIZ CARLOS DALÁZARI
Procurador-Geral de Justiça

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - O vencimento básico mensal do Procurador-Geral de Justiça fica fixado, a partir de 1° de março de 1994, em 495,00 URVs (quatrocentos e noventa e cinco unidades reais de valor).

Art. 2° - A verba de representação

mensal dos membros do Ministério Público continua a corresponder ao percentual estabelecido pela Lei n° 8.089, de 05 de junho de 1985.

Art. 3° - As despesas resultantes da execução desta Lei, correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Estado.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 372

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2.ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 16.03.94

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 416

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário desta Casa, a realização de uma Sessão Especial, na próxima segunda-feira dia 21 de março de 1994 as 16:30 horas, para homenagear a ECT - Empresa de Correios e Telégrafos pela passagem de seu Jubileu de Prata.

Sala das Sessões, em 16.03.94

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Durante os últimos 25 anos, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT tem demonstrado todo o seu esmero e dedicação, no aperfeiçoamento do atendimento de serviços postais, telegráficos e de utilidade pública (destaque-se como utilidade pública o pagamento de taxas e serviços úteis que o povo pode fazer como pagamento de água, luz, etc.). Está previsto também o lançamento de um Selo Comemorativo ao evento, e esta Casa de Leis, aproveitará para homenagear dirigentes e servidores que participaram destes anos de trabalho a serviço da comunidade.

REQUERIMENTO N° 388

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER, a Vossa Excelência seja encaminhado ofício à Mesa Revisora Constitucional, no sentido

de não alterar o Capítulo II, Título VIII da Constituição da República do Brasil de 1988, que trata da seguridade social.

Sala das Sessões, em 16.03.94

(a) PAULO MAIA

JUSTIFICATIVA:

Em face do número de entidades de classes, de associações de aposentados, sindicatos, Câmaras de Vereadores e de representantes das mais diversas categorias, estamos apelando à Mesa Revisora da Constituição Federal, para que não se altere qualquer item na questão relativa à seguridade social e às garantias dos direitos sociais conquistados na atual Constituição pela classe trabalhadora.

Um dos grandes avanços da Constituição de 1988 foi o capítulo da seguridade social ao prover como responsabilidade do Poder Público a saúde, assistência social e a Previdência Social.

Cabe, portanto, ao Poder Público assegurar e aprimorar tais conquistas da classe trabalhadora e dos aposentados e pensionistas e não lhes retirar estas conquistas. Alterações que implique em reverter este quadro no sentido de privatizar a previdência são inadequadas e inaceitáveis e atendem os interesses de grupos econômicos, que são os verdadeiros responsáveis pela miséria e o atraso do Brasil.

Assim, entendemos que é hora da classe trabalhadora merecer respeito do poder político, por isso, apelamos com veemência para que preservem os direitos sociais dos trabalhadores, valorizando os princípios gerais que norteiam o direito do trabalho que é de tutelar as garantias e os direitos adquiridos dos trabalhadores.

REQUERIMENTO N° 438

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER a Vossa Excelência seja encaminhado ofício à Mesa Revisora Constitucional, para que se aprove a manutenção do art. 21 XI, da atual Constituição, relativo à exploração dos Serviços de Telecomunicações.

Sala das Sessões, em 16.03.94.

(a) PAULO MAIA

JUSTIFICATIVA:

As telecomunicações na maioria dos países desenvolvidos do mundo continuam consideradas como uma atividade altamente estratégica, e por isso mesmo, é que é necessário que o Estado mantenha seu controle sobre esta atividade. A partir do momento que as telecomunicações e a informática se fundem, mais necessário se torna procurar meios de mantê-las o mais democratizadas possível.

À exceção dos Estados Unidos e da Inglaterra, os principais países do Primeiro

Mundo mantêm os serviços públicos de telecomunicações explorados por empresas sob controle estatal: Alemanha, Bélgica, Canadá, Áustria, França, Suécia, Grécia, Itália, Portugal, Suíça e Japão. O mesmo ocorre com os Tigres Asiáticos (Coreia, Taiwan e Cingapura).

Nos Estados Unidos, a reformulação do monopólio privado da ATT ocorreu após cerca de 15 anos de estudos, debates e projetos e revisão jurídicas, administrativas e empresarias, com a participação efetiva das instituições representativas dos diversos segmentos da sociedade americana.

Na Inglaterra, mesmo deixando de ser monopólio estatal, a BRITISH TELECOM permanece com 97% do mercado britânico.

Nos países que experimentaram privatizar suas empresas, suas populações passaram a conviver com brutais reajustes de tarifas, além de assistirem ao direcionamento de investimentos em novas tecnologias apenas para as localidades e serviços mais rentáveis, reservando às áreas rurais e às regiões não rentáveis obsoletos equipamentos e serviços primários.

Portanto, não vemos razão para alterar um texto constitucional que estrategicamente oferece igualdade no uso dos meios de telecomunicações para todas as regiões brasileiras, atendendo milhões de pessoas de todas as camadas sociais.

REQUERIMENTO Nº 415

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve vem REQUERER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Dr. Jorge Aloysio Weber, Presidente da Federação das Indústrias do Paraná - FIEP, pela instalação no Estado do Instituto Brasil-Japão de qualidade e produtividade, cuja confirmação foi dada ontem pelo Sr. André Rivoli, representante do Ministério da Indústria e Comércio e pelo jornalista Francisco Cunha Pereira, diretor da Gazeta do Povo.

Sala das Sessões, em 16.03.94.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A missão de especialistas japoneses que visitam nosso Estado, fazem uma ampla avaliação das condições existentes no Paraná para implantar o Instituto, no sistema de cooperação técnica bi-lateral entre o Brasil e o Japão. Um protocolo de intenções foi entregue ao chefe do grupo Sr. Ioshihiro Adachi, diretor da Divisão de Cooperação Técnica do Departamento de Cooperação Econômica do escritório de Política de Comércio Internacional do Ministério da Indústria do Japão. No referido protocolo ficou estabelecido que as entidades participantes do processo de implantação do Instituto somarão forças para dar apoio

técnico, administrativo e financeiro necessário a nova entidade e outros pontos importantes ao sucesso do Instituto. Nos próximos meses chegarão ao Brasil os primeiros especialistas japoneses que irão participar do programa, assim cabe a Assembléia Legislativa do Paraná, se ombrear com as grandes iniciativas que tem objetivo propiciar oportunidades de melhoras na cultura do aperfeiçoamento da qualidade de produtos e serviços. Destacamos também a iniciativa do jornalista Francisco Cunha Pereira, Diretor da Gazeta do Povo, que não medirá esforços para tornar viável a instalação do Instituto.

O SR. PRESIDENTE - (Hermes Brandão) - No Pequeno Expediente, concedemos a palavra ao Sr. Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, precisamos registrar neste Plenário a preocupação em relação a revisão constitucional. E fizemos um levantamento de dados para mostrar ao Paraná a necessidade de se evitar hoje a privatização das telecomunicações.

(Lê):

"É de interesse nacional que todos os cidadãos possam se beneficiar de uma infra-estrutura avançada de telecomunicações, o Governo deve assegurar que, conforme as redes venham surgindo, todos os usuários tenham chance de se beneficiar das vantagens oferecidas pelos prestadores de serviços de telecomunicações. Os benefícios básicos disponíveis na infra-estrutura de telecomunicações devem ser acessíveis em todos os aspectos. Telecomunicações sempre foram, são e serão, cada vez mais, fator de vital importância no desenvolvimento econômico e social, notadamente em países em fase de desenvolvimento - como o Brasil - principalmente no que se refere a aquisição de tecnologias que permitam o livre acesso e propiciem ganhos de produtividade.

O Sistema de telecomunicações do Brasil é formado por um grupo de 28 (vinte e oito) empresas, controladas pela TELEBRÁS - Telecomunicações Brasileiras S/A. Emprega diretamente cerca de 100.000 (cem mil) trabalhadores e propicia empregos indiretos a aproximadamente 85.000 (oitenta e cinco mil) trabalhadores dos segmentos de serviços e industrial.

Desenvolvendo tecnologia de ponta através do centro de pesquisas de maior porte da América Latina, localizado em Campinas-SP, investe 3,2 bilhões de dólares, de modo não discriminatório, em todo o território nacional, com a consciência de que telecomunicações alavancam o desenvolvimento econômico-social, propiciando a fixação do homem na sua origem.

O desempenho do sistema TELEBRÁS situa-se entre os melhores do mundo, destacando-se alguns indicadores:

- Receita Anual de 8,7 bilhões de dólares.

- Produtividade: 112.000 linhas telefônicas por empregado.

87.000 dólares de receita por empregado.

- DIGITALIZAÇÃO: 25% da rede urbana e 70% da rede interurbana.

- Lucro Líquido: 1,6 bilhões de dólares em 1993.

- Contribuição em Impostos: 3,8 bilhões de dólares anuais, a nível municipal, estadual e federal, pagos rigorosamente em dia e, em alguns casos, antecipadamente.

Além dos dados acima, os serviços prestados pelas empresas do sistema TELEBRÁS comparam-se aos oferecidos nos países desenvolvidos, estando presente na maioria dos municípios brasileiros.

A legislação brasileira, no que se refere a telecomunicações é uma das mais liberais do mundo, garantindo sob monopólio apenas o que é essencial ao projeto nacional e o que é estratégico para o País. À guisa de comparação, alguns dados assumem importância, tais como: A excessão dos Estados Unidos e da Inglaterra, os principais Países do primeiro mundo mantêm os serviços públicos de telecomunicações explorados por empresas sob controle estatal; Alemanha, Bélgica, Canadá, Áustria, França, Suécia, Grécia, Itália, Portugal, Suíça e Japão. O mesmo ocorre com os tigris asiáticos (Coreia, Taiwan e Cingapura). Nos Estados Unidos, a reformulação do monopólio privado da AT&T ocorreu após cerca de 15 (quinze) anos de estudos, debates e projetos e revisões jurídicas, administrativas e empresariais, com a participação efetiva das instalações representativas dos diversos segmentos da sociedade americana. Na Inglaterra, mesmo deixando de ser monopólio estatal, a BRITISH TELECOM permanece com 97% (noventa e sete) por cento do mercado Britânico.

Nos países que experimentaram privatizar suas empresas, suas populações passaram a conviver com brutais reajustes de tarifas, além de assistirem o direcionamento de investimentos em novas tecnologias apenas para localidades e serviços mais rentáveis, reservando às áreas rurais obsoletos equipamentos e serviços primários. As mudanças nas legislações dos países europeus, a ocorrer em 1998 as deixarão, em termos de telecomunicações, como o Brasil, está hoje. E assim, essas mudanças somente terão validade dentro da comunidade econômica européia.

Os argumentos pelos quais se pretende justificar a alteração do texto constitu-

cional dizem respeito, basicamente a: demanda reprimida, falta de agilidade no atendimento a demanda, falta de recursos para investir e tarifas e preços elevados.

A demanda reprimida, normalmente, é calculada incluindo os milhões de brasileiros que têm renda familiar abaixo de 5 (cinco) salários mínimos e milhões de pessoas que vivem em estado de miséria absoluta, sem ter comida, casa, escola, assistência médica, etc. Portanto, o sistema atual tem cumprido perfeitamente o seu papel e o Brasil tem a quantidade de telefones que a sua pobreza permite.

A falta de agilidade alegada não procede, pois o desempenho do atendimento, em todos os seus níveis, tem melhorado continuamente, com investimentos significativos em programas de qualidade total. Mantido o desempenho dentro dos padrões internacionais.

Os recursos para investimentos são gerados pela prestação dos seus serviços, não dependendo de recursos do Tesouro Nacional.

As tarifas e preços, ditos elevados enquadram-se entre os mais baixos do mundo, em função da política de subsídio cruzado entre os diferentes serviços, propiciando maior oferta e acesso por parte da sociedade brasileira.

As ações relacionadas a interesses para a alteração do texto constitucional, relativamente a telecomunicações, são desenvolvidas pelo interesse de 6 (seis) consórcios formados com a participação de empresas estrangeiras e nacionais. Aos grupos estrangeiros, interessa somente os serviços altamente rentáveis com comunicação de dados, telefonia celular e comunicações via satélite. Como é prática usual do capitalismo, seus investimentos concentram-se em pontos de alto poder econômico, objetivando altos lucros, com ampliação de remessa de lucros para o exterior, em detrimento dos interesses nacionais maiores. Neste contexto, há que se considerar, ainda, o interesse pelo controle e transporte das informações, como forma de ampliação do poder político, econômico, social e cultural, transferindo inteligência e reduzindo o nível de emprego no Brasil.

Como consequências de uma eventual alteração do texto constitucional, podem ser enumeradas:

- Privatização dos lucros,
- Socialização dos prejuízos,
- Concentração de capital e conseqüente concentração de renda,
- Aumento da taxa de desemprego,
- criação de oligopólio privado, com forte cartelização,
- acréscimo da responsabilidade social do Estado que terá necessidade de investir nas regiões mais carentes do País,

- Recrudescimento do êxodo rural.

Assim, ao nos manifestarmos pela manutenção do texto constitucional no que se refere as telecomunicações, temos a certeza de que o mesmo representa a vontade e as necessidades da Nação Brasileira, devendo permanecer intocável para que possa refletir o atendimento aos anseios de desenvolvimento econômico, social e cultural do Brasil.

Deixamos aqui registrada a nossa preocupação em relação a essa tentativa de mais uma vez transferir para a iniciativa privada e para os grandes monopólios e oligopólios nacionais e internacionais, o nosso sistema de comunicações que nada deve a qualquer telecomunicação do mundo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Com a palavra, o Senhor Deputado Domingos Carvalho.

O SR. DOMINGOS CARVALHO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, alguns dias atrás, esteve presente nesta Assembléia, ocupando esta tribuna, o Presidente da Associação Médica do Paraná, Dr. José Fernando Macedo. Naquela oportunidade, ele expôs com muita propriedade, colocando mais ou menos que 120 milhões de brasileiros que dependem exclusivamente do SUS, que é o Sistema Único de Saúde, estariam com o risco de virem a ficar sem esse atendimento, principalmente nesse ano de 1994, dizendo que naquela oportunidade, as necessidades para atender aos programas de saúde do Brasil, em termos de vacinação, de assistência médica, assistência pré-natal, enfim, hospitais, internamentos, seriam necessários 14 bilhões de dólares. No entanto, o governo federal encaminhou ao Congresso, destinando para a saúde do Brasil, somente 9 bilhões de dólares.

Ontem, dando continuidade a esse trabalho que o Presidente da Associação Médica do Paraná iniciou quando aqui esteve, foi realizado o ato público na Associação Médica do Paraná. Estive lá presente, representando esta Casa, juntamente com o representante da Câmara Municipal de Curitiba, Vereadores, Presidentes de Sindicatos de Médicos, de Associações Médicas dos Municípios do interior, médicos, autoridades como o ex-Ministro da Saúde, representante da Associação Médica do Brasil, enfim, outras pessoas que lá estiveram presentes. Esse assunto foi debatido com detalhes e no final foi elaborado um documento que deverá ser encaminhado à equipe econômica do Presidente Itamar Franco dando ciência dos problemas que a saúde do Brasil deverá enfrentar em face a esse orçamento irrisório. Então, foi um ato público, não foi encerrado ainda, conti-

nuam aberta as discussões, deveremos ter outras reuniões, e essa Casa deverá receber esse manifesto qual foi redigido ontem. No mais, agradeço a atenção de todos.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ainda, ao Sr. Mário Bezerra.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, fins do ano passado, primeira quinzena de dezembro, nos demos entrada na Casa um pedido de três CPIs, entre elas a CPI da Publicidade, a CPI do Porto de Paranaguá e a CPI dos Helicópteros. A semana passada eu usei dessa Tribuna para pedir a compreensão da Presidência da Casa no sentido de colocar em votação o Projeto de Resolução correspondente a solicitação de uma CPI dos Helicópteros. O caso conhecido dos paranaenses em que o Governo do Estado do Paraná através da Casa e com o beneplácito da Secretaria de Segurança superfaturou a compra de dois helicópteros em quase um milhão de dólares.

Infelizmente, Sr. Presidente, o Projeto foi à Comissão de Justiça, o relator Ernani Pudell com muita propriedade elaborou um parecer e o Projeto de Resolução passou pela Comissão de Justiça, isso já faz de 15 dias, e o mais grave, Sr. Presidente é que no final do ano passado quando nós entrávamos com a solicitação desse pedido de CPI nós pedíamos concomitantemente, também em regime de urgência, isso já se passou mais de três meses. Estou sentindo que há uma espera para a saída do Governador Roberto Requião que durante todo seu mandato nunca buscou apurar as denúncias de falcaturias e de corrupção no seu Governo. Ao terminar o seu mandato para ser candidato ao Senado, deixa sobre suas costas denúncias gravíssimas, e dentre elas o superfaturamento de dois helicópteros em quatro milhões de dólares, levantado pela Assembléia através do Deputado que vos fala, e com uma ação correndo junto a Delegacia da Fazenda Pública.

O Governador Roberto Requião não teve a hombridade e a respeitabilidade junto à população do Paraná para chamar os responsáveis pelo superfaturamento e escrachá-los perante a opinião pública, ou no mínimo demiti-los, porque manchou um Governo que todos os dias está na televisão falando da moralidade pública. Na televisão é uma coisa, no exercício do mandato outra coisa. Pressinto de que esse Projeto de Resolução aprovado pela Comissão de Justiça para apreciação no Plenário espera a saída de Roberto Requião do Governo. Isso não pode acontecer, porque amanhã, nas eleições, a Assembléia pode ser acusada de conivente com a corrupção e com o desvio

do dinheiro público.

É necessário que este Governo respeite o Poder Legislativo. Nós não podemos admitir que um projeto de resolução em regime de urgência desde o ano passado na Comissão de Constituição e Justiça aprovado não entre em pauta e não entre na Ordem do Dia.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, um outro projeto de resolução que nós também solicitamos no final do ano passado diz respeito à formação de uma CPI para apurar os problemas dos desvios de recursos do Porto de Paranaguá. Um verdadeiro saco de problemas que o Governo acoberta, porque também é conivente com os problemas do Porto. Fiquei cinco meses trabalhando, levantando a questão do Porto de Paranaguá e somente em um processo que envolve a Cia. Docas do Rio de Janeiro, cuja empresa foi favorecida pela Superintendência do Porto, em um processo que envolve dois milhões e cento e trinta mil dólares sem a devida licitação pública, só em um processo nós levantamos esta questão. Juntamos provas, solicitamos nesta Assembléia a remessa de todo o processo ao Tribunal de Contas e à Procuradoria-Geral do Estado, mas infelizmente, por iniciativa do Deputado Bona Turra, Vice-Líder do Governo, não foi enviado o processo para o Tribunal de Contas nem para a Procuradoria-Geral da Justiça.

Um Governo que não fez outra coisa, a não ser mentir para o Paraná, a não ser proteger a corrupção, a não ser promover aqueles que corrompem, um Governo que não deu nenhum exemplo de austeridade neste Estado.

É necessário que o Poder Legislativo, que a Comissão de Constituição e Justiça troque o relator Oswaldo Trevisan, que é Vice-Líder do Governo também, porque já extrapolou o prazo de entrega desse processo dentro da própria Comissão de Constituição e Justiça.

É necessário que o Poder Legislativo não seja conivente com a corrupção que graçou por esses três anos e meio nesse Governo mentiroso e corrupto que o Paraná, infelizmente, teve que suportar; um governo que nada fez, cujo projeto mais importante foi o projeto Panela Cheia que gastou oitenta milhões de dólares, mas só em propaganda gastou quarenta milhões de dólares. Uma verdadeira vergonha, Senhor Presidente e Srs. Deputados.

É necessário que nós aqui em baixo, como Poder representativo deste Estado, não aceitemos de maneira nenhuma que a corrupção grace neste Estado.

Não é possível que o Poder Legislativo, Senhor Presidente e Senhores Deputados, seja conivente com esta palhaçada, com esta pouca vergonha. Fiquei três anos e meio quase nesta Assembléia levantando

questões que são acobertadas, vergonhosamente, e é necessário que nós como Poder constituído digamos ao Paraná que o Governo que aí está é corrupto, acoberta a corrupção e que é conivente com as irregularidades e as ilegalidades.

Como Deputado do PTB de Oposição a este Governo, nós temos a obrigação de levantar a questão antes que ele saia do Palácio Iguaçu e fique imune a qualquer representação por parte do Poder Legislativo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Concedo a palavra no Pequeno Expediente ao Deputado Geraldo Cartário.

O SR. GERALDO CARTÁRIO - Sr. Presidente e Srs. Deputados. (Lê).

"Mário Soares, o Garante da Democracia Portuguesa.

João Correia Defreitas

Curitiba recebe este mês o mais alto magistrado português e um dos maiores nomes dentro do espaço de expressão portuguesa.

Tanto em seu longo exílio quanto nos momentos mais graves da história recente do país-irmão. Soares foi um verdadeiro templo de dignidade, honradez, tolerância e resistência.

Não me sai da mente a imagem de Soares-pai. Quando o avião de João, seu filho, em missão de paz na África, caiu na Jamba, Soares em visita no estrangeiro, com o filho preso a uma máquina de respiração e correndo risco de vida num hospital sul africano, sofrendo profundamente em seu interior, com semblante grave, cumpriu sua agenda com a maior dignidade de estadista e em seguida, como qualquer pai afetuoso, correu para a cabeceira do filho onde já se encontrava digníssima esposa senhora Dona Maria Barroso.

No seu papel de maior magistrado da nação-irmã, corajosamente, sempre que necessário foi, interveio com energia e autoridade que o cargo lhe confere a fim de romper impasses e debelar crises que se avizinhavam no cenário nacional. Jamais foi "força de bloqueio" à ação governativa.

Quando o problema dos imigrantes tornou-se uma ameaça às relações das nações lusófonas, inclusive envolvendo brasileiros, lá estava o Grande Soares, defendendo-os de algumas incompreensões, com determinação.

Nunca foi contra Maastricht. Mas, embebido até o cerne de um espírito democrático, a pregação de sua vida, achava que o referendo popular era importante para legitimar a adesão portuguesa ao Tratado de

União Européia. O passo português era de- mais importante para ser simplesmente de- cidido por vontade assembleística. Não foi portanto, por sua vontade que, sem aquies- cência da nação, Portugal passou, sem exi- gências, a viver em dependência quase to- tal da Comunidade Européia, que no fundo, é muito influenciada pelos burocratas de Bruxelas.

O peso da C.E. no total das exporta- ções e importações portuguesas passou, respectivamente, de 62,5% e 45,7% em 1985, para 76,7 e 73,7% no primeiro semestre de 1992.

Os subsídios comunitários desencadea- ram certa euforia em setores do país e, apesar da promessa do carreamento ao país entre 1994 e 1990 de 3.500 milhões de con- tos de "fundos estruturais", numa média de dois milhões de contos portugueses/dia, até o fim do século, numa verdadeira ree- dição de um Plano Marshal, as exigências de sacrifícios no desmonte dos setores agrícolas e têxtil com repercussão futura imprevisível é problema que parece deveria ter sido mais discutido com a população.

A preocupação presidencial é fundada na necessidade de uma política econômica que contemple sobretudo o social para a elevação real da qualidade de vida do povo português. Não se pode repetir a frustra- ção de 1.500 com o enorme afluxo de capi- tal obtido com o comércio das especiarias orientais e desaproveitado; de 1700 quando a transferência do ouro do Brasil, além da reconstrução da baixa pombalina destruída pelo terremoto de 1755, não foi além; de 1945, quando a "pax lusitana" pela neutra- lidade-colaborante atraiu muito dinheiro ao país e que tão pouco reverteu em bene- fício da população. Agora, com os fundos estruturais da C.E. o país mais ociden- tal da Europa se defronta com nova oportu- nidade. Soares sabe de todo o sofrimento de seu povo e sabe que apesar da sorte ter ciclicamente socorrido a Portugal, é pre- ciso ter cuidado para não repetir a frus- tração. Nada de euforia com gastos suntuo- sos em palácios de cultura ou "free Ways" para Mercedes e BMWs. Há que criar estru- turas produtivas no país, dar mais empre- gos, elevar os salários, melhorar a quali- dade de vida da população.

Soares sabe perfeitamente que o quadro tanto da Europa quanto mundial está se mo- dificando celeremente e chama atenção do seu povo para que não mais fique vivendo do pesado passado histórico e se alimen- tando só das lembranças de feitos heróicos e dos seus santos. É preciso inserir o país numa Europa real, mas com muita dig- nidade, e para tal tem que se preparar verdadeiras estruturas sócio-econômicas para um desenvolvimento auto-sustentado.

O alargamento e o aprofundamento da

C.E. é uma realidade em marcha. Os países europeus, com mais tecnologia e riqueza, competição com Portugal nos setores tradi- cionais como a cortiça, o vinho, o azeite e os têxteis. A modernização do aparelho produtivo é imprescindível para a competi- ção. Mão-de-obra barata que era a atração portuguesa, o Leste europeu também tem e pode fornecer com muito mais eficácia de- vido a proximidade dos países centrais. E, por último, é preciso consciencializar a todos que os subsídios não são eternos e não podem se constituir num hábito.

Ardentemente torcemos pelo sucesso do país-irmão e temos certeza que mais que ninguém, Soares com sua ponderação e visão projetiva é o homem que não deixará que a chuva de ECUS oblitere determinados seto- res do seu país e que possa com isto ha- ver uma integração portuguesa à C.E. com seu afastamento do espaço lusófono e alui- mento da sua própria identidade.

Ele, o presidente, com seu peso de uma das maiores figuras revolucionárias da Eu- ropa moderna, o exorcista dos "Wiriyamus" africanos, sabe e nunca há de perder de vista que a maior riqueza de Portugal é seu sentimento de pertencer ao espaço de expressão cultural portuguesa. Importante mesmo para a C.E.

Nós brasileiros que sempre recebemos os portugueses como irmãos, confiamos no presidente Soares de que sejamos, também, recebidos com reciprocidade, pois o futuro a Deus pertence.

Há, doravante, com efeito, uma dimen- são européia na problemática luso-brasi- leira, sendo de esperar que haja, também, doravante, uma dimensão luso-brasileira na problemática européia dos dois países. Es- peramos que a multipolarização do mundo que se prenuncia e seus conseqüentes desa- fios, não venham enfraquecer, antes esti- mular, o espírito de abertura e a vocação universalista da Europa de que Portugal foi historicamente um dos pioneiros. Daí a necessidade de aprofundar e alargar a re- flexão sobre o papel da problemática lati- no-americana na hierarquia das preocupa- ções européias e sobre a importância da América Latina como complemento e prolon- gamento geopolítico e cultural da Europa Ocidental e depositária de valores comuns de civilização.

Curitiba, depois de 47 anos, recebe outro presidente português, com enorme or- gulho. Bem-vindo, Senhor presidente. Este- ja certo que aqui encontrará uma casa lu- so-brasileira, com certeza.

(João Correia Defreitas)

(professor da UFPR).

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Encer- rado o Horário do Expediente e não ha- vendo oradores no Horário das Lideranças,

passamos à

ORDEM DO DIA

Sobre a mesa, Ofício n° 151/94, de autoria do Sr. Procurador Geral de Justiça, constante do expediente, encaminhando a esta Casa o anteprojeto de lei que visa, de conformidade com a medida provisória n° 434, converter em URV, os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal daquela Procuradoria. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício n° 152/94, de autoria do Sr. Procurador Geral de Justiça, constante do expediente, submetendo à apreciação desta Casa, o incluso anteprojeto de lei que fixa os vencimentos básicos mensais do cargo de Procurador Geral de Justiça, a partir de 1° de março do corrente ano, convertidos em URV, em consonância com a Medida Provisória n° 434/94. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Sobre a mesa, Requerimentos n°s. 415 e 416, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.**

Requerimentos n°s. 388 e 438, de autoria do Sr. Deputado Paulo Maia, constantes do expediente. **Aprovados.** **À Diretoria Legislativa.**

Requerimento n° 372, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Retirado pelo Autor.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 17, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n°s. 062, 597 e 641/93.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s. 044, 350, 547 e 687/93, e 018, 019, 021, 023, 024, 026, 028, 031, 036, 037, 041, 046, 048 e 058/94, e do Projeto de Resolução n° 003/94.

Levanta-se a Sessão.

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE FINANÇAS

12.^a LEGISLATURA - 3.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 12.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de novembro de um mil novecentos e noventa e três, reuniu-se ordinariamente na sala de reunião da comissões, a Comissão de Finan-

ças, presidida pelo Senhor Presidente, Deputado Lourenço Fregonese, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nereu Moura, Djalma César, Elio Rusch, Luiz Carlos Zuk, João Preis, Ovídio Constantino e Florisvaldo Fier. Não havendo expediente a ser lido passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 654/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 077/93. Relator Deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei n° 666/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 089/93. Relator Deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei n° 669/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 086/93. Relator Deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 04) Projeto de Lei n° 670/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 080/93. Relator Deputado Djalma Cesar. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 05) Projeto de Lei n° 673/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 082/93. Relator Deputado Djalma Cesar. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 06) Projeto de Lei n° 683/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 091/93. Relator Deputado Djalma Cesar. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 07) Projeto de Lei n° 604/93, de autoria do Deputado Colombino Grassano e outros. Relator Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 08) Projeto de Lei n° 672/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 084/93. Relator Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 09) Projeto de Lei n° 675/93, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça - Ofício n° 910/93. Relator Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 10) Projeto de Lei n° 680/93, de autoria do Tribunal de Contas - Ofício n° 1908/93. Relator Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 11) Projeto de Lei n° 341/93, de autoria do Deputado Antonio Annibelli. Relator Deputado Luiz Carlos Zuk. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 12) Projeto de Lei n° 679/93, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício n° 892/93. Relator Deputado Luiz Carlos Zuk. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 13) Projeto de Lei n° 681/93, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Relator Deputado Luiz Carlos Zuk. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 14) Projeto de Lei n° 660/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 079/93. Relator Deputado João Preis. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 17) Projeto de Lei n° 671/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 085/93. Relator Deputado João Preis. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 18) Projeto de Lei Complementar n° 461/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 047/93. Relator Deputado Ovídio Constantino. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 19) Projeto de Lei n° 640/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem

nº 074/93. Relator Deputado Ovídio Constantino. Requer pedido de informações junto à Secretaria de Estado da Fazenda. O Deputado Djalma Cesar, requer vista. DEFERIDO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes, e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
WILSON PENKA - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS

12.^a LEGISLATURA - 3.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 16.^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de dezembro de um mil novecentos e noventa e três, reuniu-se extraordinariamente na sala de reunião das comissões, a Comissão de Finanças, presidida pelo Senhor Deputado Lourenço Fregonese, mas a presença dos seguintes Srs Deputados: Nereu Moura, Elío Rusch, Djalma Cesar e Júlio Bifon. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 669/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 086/93. ESTE PROJETO VOLTOU PARA APRECIAR A EMENDA DE PLENÁRIO. Relator Deputado Nereu Moura. Parecer CONTRÁRIO a emenda - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 712/93, de autoria do Tribunal de Contas - Ofício nº 1926/93. Relator Deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 718/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 107/93. Relator Deputado Nereu

Moura. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 722/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 111/93. Relator Deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 05) Projeto de Lei nº 724/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 106/93. Relator Deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 06) Projeto de Lei nº 715/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 102/93. Relator Deputado Djalma Cesar. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 07) Projeto de Lei nº 717/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 104/93. Relator Deputado Djalma Cesar. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 08) Projeto de Lei nº 719/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 105/93. Relator Deputado Djalma Cesar. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 09) Projeto de Lei nº 723/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 110/93. Relator Deputado Elío Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 10) Projeto de Lei nº 716/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 108/93. Relator Deputado Elío Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 11) Projeto de Lei nº 721/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 109/93. Relator Deputado Júlio Bifon. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente pelos Senhores Deputados presentes, e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) LOURENÇO FREGONESE
Presidente
Wilson Penka
Secretário